

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES

**Política e Estigmas Sociais:
O papel da mídia na luta por reconhecimento e justiça**

Bolsista: Júlia Tami Ishikawa

Data de ingresso como bolsista do CNPq: 01 de agosto de 2010

Situação: bolsista de renovação PIBIC/CNPq

Curso: Jornalismo

Período: 6º semestre

Orientadora: Profa. Dra. Rosana de Lima Soares

Projeto: Mídias e Estigmas Sociais – Sutileza e Grosseria da Exclusão

Introdução

Os conflitos contemporâneos em torno da justiça extrapolam os dilemas clássicos da academia, uma vez que acompanham transformações constantes em diferentes partes do mundo. Esses conflitos, sejam eles sociais, políticos, econômicos ou religiosos, envolvem interesses que se mesclam em sociedades cada vez mais heterogêneas e multiculturais. A luta por reconhecimento cultural e pela valorização das identidades, portanto, toma formas cada vez mais definidas e exige uma reflexão atenta para processos específicos deste novo século.

Nesse contexto, o que configura a noção de justiça no século XXI? O multiculturalismo e as transformações sociais recentes pronunciam uma das principais demandas e debates da atualidade: a questão da diferença. Assim, a justiça contemporânea remonta o princípio da igualdade que, além de prever a neutralização das desigualdades no patamar jurídico, também atenta para a idéia de que as diferenças sejam recíprocas e simetricamente respeitadas na esfera pública pluralista. (NEVES, 1999):

“Igualdade sem desigualdade não tem sentido – e vice-versa. Se o igual deve ser tratado igualmente, o desigual tem que ser tratado como desigual.” (LUHMANN, 1993 in NEVES, 1999)

O direito à diferença, contudo, não se restringe ao tratamento jurídico, uma vez que questões marcadas por gênero, raça e etnia, principalmente, estão presentes no tecido social. Assim, as chamadas esferas da justiça compreendem, além de questões jurídicas e distributivas, os espaços da comunicação. Nesse sentido, a justiça como “igualdade complexa”¹ demanda o reconhecimento e autonomia de diferentes esferas discursivas e padrões de interação.

Justificativa e objetivos

Um estudo sobre justiça e diferença em meio às transformações sociais da atualidade apresenta por si só sua relevância no contexto dos estudos contemporâneos. Mas em sociedades multiculturais, uma análise voltada para outros aspectos da dinâmica social faz-se pertinente, na medida em que amplia as possibilidades de análise e o quadro de percepções.

¹ Conceito referente ao tratamento igual/desigual desenvolvido por Niklas Luhmann (1993), presente no texto de Marcelo Neves (1999)

Por isso, buscamos um cruzamento de conceitos de Teoria Crítica e Ciências da Linguagem, principalmente no que diz respeito à participação na esfera pública e suas interfaces com a Análise Crítica do Discurso. No contexto brasileiro, procuramos estabelecer relações entre tais estudos e as questões étnico-raciais no país. Por isso, nossa investigação atenta para a presença e a representação do segmento negro em um importante veículo de comunicação, a Folha de S. Paulo, tendo como base as seguintes diretrizes para análise:

- De que forma características culturais e estigmas influenciam, respectivamente, na expressão e na aceitação de um discurso;
- Como a reavaliação positiva de identidades culturais desrespeitadas tem sido feita na mídia e quais os efeitos desse processo.

O objetivo da pesquisa, portanto, centra-se na consolidação de fundamentos teóricos de política e comunicação, em conjunto com a observação dos objetos de análise. Além disso, um olhar voltado para a condição de uma minoria tão expressiva como a população negra no Brasil reacende debates e impasses tradicionais, que também trazem as especificidades de seu tempo.

Fundamentação teórica

Tendo em vista as noções de justiça na sociedade complexa contemporânea, a análise política envolve necessariamente a esfera pública de Habermas, indispensável para a Teoria Crítica e para a prática democrática. (HABERMAS, 2003; FRASER 1992)

Dentre as atribuições à esfera pública habermasiana, destacam-se o ideal de discussão racional e irrestrita, além do espaço para deliberação entre cidadãos sobre questões político-sociais. No entanto, seus objetivos consensuais e de ação política mostram-se comprometidos se contestados princípios como a discussão aberta e acessível, a igualdade de status e a deliberação dos cidadãos como pares.

Diferenças sociais (de gênero, classe, raça etc.) entre membros de uma sociedade geram exclusões e restrições na esfera pública, tornando-a mecanismo de dominação. Essa dinâmica exige uma análise dos processos de interação discursiva atenta para diferentes tipos de discurso e meios de socialização. Segundo Nancy Fraser, apesar da premissa de igualdade entre os debatedores, há uma série de protocolos de estilo e decoro que se tornam marcas de status e desigualdade, como

dispositivos de marginalização. Além disso, há estigmas que afetam a participação e a recepção do público e operam como impedimentos informais de interação.

Isso ocorre em função do pressuposto de que a esfera pública é culturalmente neutra. Mas, em sociedades multiculturais e estratificadas, grupos sociais com poderes desiguais tendem a desenvolver estilos culturais diferentemente valorizados. (YOUNG, 1990; FRASER, 1992)

Nessa dinâmica, os estigmas, estereótipos e preconceitos² acentuam iniquidades sociais de participação e representação, de maneira a afetar o debate, a contestação discursiva e, conseqüentemente, a agenda política, mesmo que não haja a exclusão formal de determinado grupo.

Dessa forma, o “reconhecimento das diferenças” como forma de afirmação da cultura tornou-se ícone das questões sócio-políticas desse período, em que se destaca a defesa pela identidade étnica, sexual, nacional, entre outras. (FRASER, 2001)

A injustiça cultural ou simbólica é relativa a padrões sociais de representação e interpretação e inclui a dominação, o não-reconhecimento e o desrespeito. Baseando-se em teorias como a de Charles Taylor (1994), a autora defende que o não-reconhecimento é uma forma de opressão, sendo o contrário uma necessidade vital do ser.

Desse modo, sugere ações como a reavaliação positiva de identidades desrespeitadas e de produtos culturais de grupos excluídos, como forma de desconstruir o imaginário e os estigmas que a sociedade cultiva acerca desses grupos. Por meio da reavaliação positiva de identidades culturais subjulgadas, Fraser propõe a reeducação e a valorização de aspectos culturais e específicos dos grupos, contribuindo para a sua inclusão política e social.

O reconhecimento

O termo reconhecimento esteve presente em trabalhos de teóricos como Hegel, Jürgen Habermas, Charles Taylor e Axel Honneth, analisado sob diferentes perspectivas. O reconhecimento pode ser estudado a partir da relação introspectiva do

² Estigma aqui considerado uma marca visível geradora de distinção entre os indivíduos; estereótipo uma forma de representação compacta, espécie de clichê ou lugar comum; e preconceito um julgamento *a priori* sobre determinado grupo ou indivíduo – conceitos estudados no projeto “Mídias e Estigmas Sociais -Sutileza e Grosseria da Exclusão”, desenvolvido pela Profa. Dra. Rosana de Lima Soares, desde 2003, com apoio do CNPq (bolsa produtividade em pesquisa)

indivíduo, da sua concepção do seu próprio 'eu'; da relação do indivíduo com outros indivíduos em determinado grupo; da relação entre grupos em uma sociedade.

Um histórico sobre as origens do reconhecimento foi traçado por Charles Taylor³, em uma reflexão sobre o multiculturalismo nas sociedades contemporâneas. Para o autor, antes mesmo das formulações filosóficas de Hegel, o quadro histórico após o fim do Antigo Regime já prenunciava aspectos da lógica do reconhecimento. Primeiramente, ele é considerado fruto do declínio da sociedade hierárquica e da noção de honra como valor baseado na desigualdade. A honra não podia ser desfrutada por todos, por isso era intrinsecamente um valor distintivo. Em oposição à noção de honra, estabeleceu-se a noção moderna de dignidade, fundamentada sobre os princípios de igualdade, a partir da premissa de que se trata de um valor comum a todos.

O final do século XVIII representou um marco desse pensamento, pois disseminou-se nesse período a noção de individualidade e de identidade pessoal. Juntamente, novas perspectivas morais e princípios como o da autenticidade e da originalidade. Se antes o indivíduo buscava a sua plenitude do ser em Deus, após o século XVIII, essa busca voltou-se para o seu próprio ser, traduzindo-se em uma nova forma de introspecção e valorização do que é interior, individual e autêntico. Dessa nova perspectiva, originaram-se princípios que posteriormente constituiriam uma política de diferença, na qual o reconhecimento da identidade única e do caráter singular dos indivíduos ou grupos passou a ser reivindicado:

“Antes do final do século XVIII, ninguém havia pensado que as diferenças entre seres humanos pudessem assumir este tipo de importância moral. Existe uma determinada maneira de ser humano que é a *minha* maneira. Sou obrigado a viver a minha vida de acordo com essa maneira, e não imitando a vida de outra pessoa.”
(TAYLOR, 1994: 50)

Mas essa interface entre individualidade e reconhecimento, da auto-imagem normativa que se tem do próprio 'eu', depende não só dos princípios de autenticidade, mas também da relação com o outro. (HONNETH, 2003) Por isso, Charles Taylor insiste no caráter dialógico dessa análise, uma vez que a auto-imagem e as capacidades de definição e expressão não se constroem sozinhas. A linguagem é posta como exemplo dessa condição, pois constitui a base para a formação das capacidades

³ A política de reconhecimento in Multiculturalismo; Instituto Piaget, 1994

de expressão e auto-definição, cujo desenvolvimento se faz a partir da interação com o outro. A formação da mente humana, portanto, não é algo monológico, que se consiga sozinho, mas dialógico:

“Assim, a descoberta da minha identidade não significa que eu me dedique a ela sozinho, mas, sim, que eu a negocie, em parte, abertamente, em parte, interiormente, com os outros (...) A minha própria identidade depende, decisivamente, das minhas reações dialógicas com os outros” (TAYLOR, 1994: 54)

Entretanto, antes mesmo de se efetuar a comunicação entre os indivíduos, nos deparamos com o que Michel Foucault (1996) denomina sistemas de restrição. Neles, os sujeitos que se comunicam têm seus papéis e propriedades já estabelecidos. Nessa troca, são pré-instituídas posições e tipos de enunciados, além de gestos, comportamentos, circunstâncias e signos que acompanham um discurso.

Isso porque antecede à comunicação um processo de discriminação por meio da linguagem: “A discriminação é forma fundamental; implica normas, é a forma do jogo que é condição para seu exercício. Não podemos sequer imaginar um jogo de xadrez em que as peças tivessem todas o mesmo valor, ou valor indiscriminadamente cambiável, ou ausência de regras.” (GOMES, 2003) Essas regras, por sua vez, operam por meio da linguagem.

Ao nos comunicarmos, atribuímos nomes. Isso configura um dos primeiros passos da comunicação. Mas o ato de nomear não ocorre de forma impensada, tampouco descomprometida. Desde a função mais simples de atribuir nomes até aquelas complementares no exercício da comunicação, todos os aspectos da linguagem atuam como agentes da ordenação, seleção, inclusão e exclusão, de acordo com o contexto em que se dá. Os indivíduos, quando passam a interagir e se relacionar, são orientados de maneira a captar todos esses sinais:

“Compreendemos assim que, quando empregamos adjetivos que aprovam uma ação (ou o sujeito desta), tudo o que fazemos é relacioná-la à observância dos valores de uma época, de uma território, de uma cultura. A educação consiste exatamente nisso, na criação de sujeitos bem operantes em seu tempo e circunstância os quais, então, qualificaremos graciosamente.” (GOMES, 2003: 34)

Por meio da ordenação, das regras e das restrições, o discurso legitima a estrutura que o sustenta. Por isso, a palavra, aquela capaz de discriminar, nomear e restringir, pode funcionar também como mecanismo disciplinar, da mesma forma em

que atuam as instituições como família, escola e mídia, visando educar sobre determinados enfoques. Assim, o indivíduo, previamente orientado, é capaz de assimilar a linguagem simbólica, seja ela positiva ou negativa, na vida prática.

Conhecimento e poder.

De acordo com a análise de Foucault, por mais simples e ocasional que o discurso aparente, há sempre uma ligação com o desejo e com o poder. Segundo a psicanálise, o discurso não somente manifesta e revela o desejo, mas é também o objeto do desejo. Por isso, o discurso não é somente o que traduz as lutas e os sistemas de dominação, mas aquilo *pelo* que se luta, é aquilo que se deseja:

“Em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade.” (FOUCAULT, 1996: 8,9)

Para o autor, os sistemas de exclusão apóiam-se sobre um suporte institucional, em função do qual os indivíduos são educados e orientados a ver o mundo. Esse sistema, portanto, é reforçado por práticas pedagógicas como o sistema dos livros, da edição e das bibliotecas, assim como as sociedades de sábios de antigamente, ou os laboratórios de hoje. Pois são todas essas instituições que controlaram ou ainda controlam o conhecimento. Mas, acima de tudo, esses sistemas são reiterados pelo modo como o saber é aplicado, valorizado, distribuído, repartido e atribuído em uma determinada sociedade. Assim controlando o conhecimento, essas instituições, mesmo quando se supõe o discurso livre, exercem formas de apropriação e domínio: “É bem possível que o ato de escrever tal como está hoje institucionalizado no livro, no sistema de edição e no personagem do escritor, tenha lugar em uma ‘sociedade do discurso’ difusa, talvez, mas certamente coercitiva.” (FOUCAULT, 1996)

Em suma, as “sociedades do discurso”, como define Foucault, aquelas que conservam e restringem o conhecimento através do controle do discurso, não se aplicam mais como antigamente, mas contêm aspectos que certamente se fazem presentes por meio da disciplina nas instituições.

É nesse cenário que propomos a análise da mídia, instituição legitimadora e difusora dos mais diversos tipos de discurso. Justamente por ser um espaço de

divulgação e interação social, os meios de comunicação são pontos estratégicos desse processo de assimilação e representação da realidade.

Mídia e reconhecimento

“É por conta da visibilidade que as mídias assumem um papel crucial como disciplina e controle, portanto, como promotoras/mantenedoras de escalas de valores, como vigilantes.” (GOMES, 2003: 77)

Analisamos aqui o papel da mídia como promotora/mantenedora, não somente de escalas de valores e instituições sociais, mas também de determinados tipos de discurso. Além disso, atentamos para o papel do jornalismo no contexto da própria cultura da profissão:

“Escondidos, sustentados, portadores de uma identidade no respaldo dos discursos oferecidos, é nessa situação que nos encontramos. O sujeito a refletir sobre os costumes, nós o supomos livres para escolhas, mas nós o sabemos comprometidos com uma visão de mundo, quer seja a assumida via educação, quer seja a assumida por uma escolha ideológica: nesse caso a escolha dentre discursos que lhe são oferecidos.” (GOMES, 2003: 36)

No entanto, o pesquisador Herbert Gans (2003) argumenta que esses discursos oferecidos estão atrelados a mitos, estereótipos e preconceitos prevalentes no círculo social dos jornalistas e nas redações. Além disso, Gans acredita que os discursos jornalísticos ajudam a legitimar as fontes ou os meios de onde saem as reportagens, cujos jornalistas, querendo ou não, acabam “seguindo o poder”:

“Durante o último quarto de século, o Vale do Silício, a indústria de computadores, e a dramática ascensão e queda “.com” foram relatadas extensivamente, mas pouca cobertura tem aparecido sobre os salários e as condições de trabalho dos homens e mulheres, grande parte imigrantes ou membros mal pagos de minorias raciais americanas, que fabricam o hardware e o software que tornam a economia digital possível.” (GANS, 2003: 64)

Por isso, o autor propõe uma cobertura de múltiplas perspectivas, que contemple diferentes públicos. Trata-se de criar espaços na mídia para pontos de vista sub-representados, fatos não reportados e populações pouco ou nunca incluídas nas notícias. Para tanto, Gans sugere que se diversifiquem também as redações, pois nada como jornalistas de realidades diferentes para traçar perspectivas diversas também.

Segundo o autor, a entrada das mulheres no mercado de trabalho jornalístico já causou uma mudança significativa nos quadros das representações, mas o caráter racial

e socioeconômico ainda permanece deficiente. “Em vez de trazerem a diversidade nas matérias, os jornais mantêm os interesses dominantes. Assim como informam sobre o mercado financeiro e as bolsas de valor aos investidores, as publicações poderiam também informar sobre mudanças nos salários e benefícios para trabalhadores com mais frequência.”(GANS, 2003) No entanto, a classe trabalhadora e as minorias ainda têm espaço reduzido nos meios de comunicação. Não somente como *público alvo*, mas também como *alvo das representações*.

Por essa razão, Bourdieu (2010) conclui que “a oficialização tem a sua completa realização na *manifestação*, acto (...) pelo qual o grupo prático, virtual, ignorado, negado, se torna visível, manifesto, para os outros grupos e *para ele próprio*, atestando assim a sua existência como grupo conhecido e reconhecido, que aspira à institucionalização. O mundo social é também representação e vontade, e existir socialmente é também ser percebido como distinto.”

RECORTE PARA ANÁLISE: A POPULAÇÃO NEGRA

O mito da democracia racial e o papel do debate na mídia

O recorte para análise foi escolhido em função da relevância histórica e quantitativa desse grupo na composição étnico-racial da população do país. Identificamos a importância em se tratar de um grupo que, apesar de já ser maioria numérica no Brasil – mais de 50% segundo o último censo realizado em 2010 pelo IBGE – continua sendo minoria em muitos contextos da vida social, inclusive na mídia.

Outro fator que se impôs foi a dificuldade em se expor temas como a discriminação e o racismo abertamente, em função do que muitos teóricos denominam “mito da democracia racial” no Brasil. (MUNAGA, 1996) Apesar de fundamental para o estudo da diferença no país, o debate sobre a discriminação contra o negro é ainda incipiente em muitos setores da sociedade. O não-reconhecimento e as agressões aparecem – muitas vezes despercebidas – nas formas mais distintas, desde referências estereotipadas e negativas a atos violência física, passando por descaso e invisibilidade: “Não há no Brasil, como nos Estados Unidos, uma pressão maciça de um grupo sobre outro; os estereótipos variam conforme os setores da sociedade; as relações humanas atomizam-se numa poeira de relações inter-

individuais” (FERNANDES E BASTIDE, 2008) Mas seja no ambiente profissional, nas escolas, em centros comerciais e, principalmente, na mídia, o racismo faz-se presente, mesmo que inserido nesse ideal ambíguo de democracia racial.

“É sempre mais fácil descrever manifestações aparentes. Ora, o Brasil, nas suas constituições, leis, imprensa, proclama altamente a sua repulsão a todo e qualquer ataque à dignidade do homem negro. É mais difícil descobrir o que pode estar oculto sob a indiferença, as omissões ou as faltas.” (FERNANDES E BASTIDE, 2008: 156)

Por isso, Bourdieu afirma que a análise sobre o que é *instituído* trata mais amplamente da luta para fazer existir ou inexistir o que já existe, pois os elementos da vida prática são objetos de representações mentais; de percepção e de apreciação, de conhecimento e de reconhecimento, que envolvem interesses e pressupostos. Não há, portanto, como o sujeito social ignorar essas propriedades simbólicas, por mais negativas que sejam, podendo ser utilizadas estrategicamente em função de interesses materiais ou simbólicos.

Assim, as questões postas por Florestan Fernandes e Roger Bastide sobre os aspectos ocultos ou omissos da dinâmica racial brasileira endossam a análise. Por mais que haja a defesa imediata da dignidade do homem negro pelas instituições, não há como oficializar um pensamento que corre no patamar simbólico:

“A preocupação de submeter à crítica lógica os categoremas do senso comum, emblemas ou estigmas, e de substituir os princípios práticos do juízo cotidiano pelos critérios logicamente controlados e empiricamente fundamentados da ciência, faz esquecer que as classificações práticas estão sempre subordinadas a *funções práticas* e orientadas para a produção de efeitos sociais.” (BOURDIEU, 2010: 112).

Ora, se a mídia, além de divulgar e tornar visíveis os fatos, é também responsável pela configuração e apresentação deles ao público, ela certamente controla as chamadas funções práticas às quais se subordinam as classificações.

Podemos considerar, então, que a mídia está no cerne dessa ambivalência: ao mesmo tempo em que leva informação e conteúdo para a população, absorve dela referências, concepções e imagens com as quais reproduz e representa a sociedade.

Nesse sentido, Michael Schudson afirma que há uma zona de desvio no jornalismo, em que determinados temas, tópicos ou grupos estão fora do alcance dos padrões repertoriais de equilíbrio e equidade, de forma que alguns temas podem ser ridicularizados, marginalizados, ou banalizados. Além disso, Schudson aponta para

um processo de exclusão não somente nos meios de comunicação, mas dentro das próprias notícias:

“A notícia deve responder às questões ‘quem’, ‘o que’, ‘quando’, ‘onde’ e ‘por que’ sobre um assunto, mas considerar as notícias como forma de cultura nos exige perguntar qual categoria de pessoas conta como ‘quem’, que tipos de coisas se passam por fatos ou ‘o que’, qual geografia e tempo se incluem em ‘onde’ e ‘quando’ e o que conta como explicação para ‘por que’.” (SCHUDSON, 1995: 14)

A jornalista Miriam Leitão afirma: “O problema do racismo brasileiro é que ele não é explícito. Ninguém resolve isso na reunião de pauta, mas a verdade é essa”⁴. Por mais que o racismo não seja algo consciente como afirma Miriam Leitão, ainda que presente nos elementos mais básicos da notícia, como aponta Michael Schudson, os valores simbólicos, constituídos e afirmados pela mídia, afetam as representações mentais e o julgamento de ações. Desse modo, os estigmas, os preconceitos e o racismo são reverberados por meio dos mecanismos da própria mídia, como a hierarquização, a omissão e a invisibilidade.

Apesar da existência de publicações voltadas ao interesse da população negra no Brasil, como as revistas *Afirma* e *Raça*, Eduardo Henrique Pereira de Oliveira, sociólogo e colaborador da revista on-line *Afirma*, discute a marginalização de determinados assuntos:

“É espantosa a maneira como os órgãos de imprensa a princípio não enxergam um amplo setor, um grande grupo, uma parcela importante da população brasileira e, quando o fazem, fazem de maneira estereotipada”⁵

O sociólogo, portanto, associa o comportamento da mídia e do leitor, não somente aos problemas de visibilidade e abordagem, mas também ao próprio “mito da democracia racial”, e a tendência em evitar o assunto:

“A ausência de cobertura da Conferência Mundial contra o Racismo não resulta da falta de interesse dos leitores pelo ciclo social de conferências da ONU, pois o jornalista pode estimular o interesse pelo modo como apresenta o tema. O fato é que não interessa divulgar especificamente essa conferência sobre racismo porque, no Brasil, o assunto é um vespeiro. Falar sobre racismo aqui ainda é um tabu e a imprensa reflete a maneira como a sociedade encara esse tema.”⁶

⁴ Publicado em *Mídia e racismo*. Silvia Ramos (org.), 2007

⁵ Idem

⁶ Idem

A análise sobre racismo, portanto, depende de uma série de fatores que compõem o tecido social brasileiro. Por meio de ações como o debate aberto sobre o assunto, o pluralismo nas representações e o reconhecimento, busca-se introduzir o espaço de grupos subjulgados e minorias nos meios de comunicação. Esse processo tem contribuído gradativamente para uma mudança do contexto midiático, bem como para a inserção desses grupos.

Evidencia-se, portanto, a importância da mídia como difusora de conhecimento e formadora de opinião, cujo papel assume destaque na luta por justiça política e cultural na atualidade.

Análise do *corpus*

Tendo os objetivos da análise delineados após a leitura teórica e o recorte de grupo, a escolha do *corpus* procurou atender as necessidades do projeto, levando em conta também o período de pesquisa. Optamos pela leitura do jornal Folha de S. Paulo que, segundo a última divulgação em 2010 do Instituto Verificador de Circulação (IVC), é o jornal impresso mais vendido no Brasil. A escolha deste material propiciou uma leitura abrangente, trazendo um retrato amplo daquilo que os brasileiros lêem diariamente. Se buscamos as relações com o comportamento social e político, além do papel da mídia na construção e participação na esfera pública, um jornal como a Folha de S. Paulo se faz mais pertinente do que a mídia local ou segmentada, objetos de análise recorrentes e importantes em outros contextos de pesquisa.

Outro aspecto presente nos estudos sobre imprensa e minorias é a leitura de textos relacionados a eventos específicos ou de um conjunto de matérias correlatas. É o caso de pesquisadores que analisaram questões raciais durante longos períodos ou um mesmo evento em meios de comunicação diferentes. No entanto, optamos pela leitura contínua de um único jornal de grande circulação, sem que houvesse uma conjuntura específica. A idéia é justamente mapear as recorrências e características do jornal, sem a interferência de algum acontecimento recente relacionado ao tema, buscando um retrato mais fiel possível do material publicado diariamente pela Folha.

Assim, realizamos um mapeamento de seus principais cadernos – Folha, Mercado, Cotidiano, Esporte e Ilustrada – tendo em vista conceitos da Análise Crítica do Discurso (ACD), principalmente aqueles desenvolvidos por Norman Fairclough e Teun Van Dijk. O intervalo da análise é correspondente ao período de um mês – do

dia 15 maio a 15 de junho de 2011 – totalizando 32 edições. Nesse processo, procuramos destacar as observações relativas ao texto e à ACD, mas também tópicos anteriormente discutidos na leitura teórica, como o reconhecimento, a visibilidade e as estruturas de poder na mídia.

Para os autores, a análise do discurso trata de uma abordagem multidisciplinar para o estudo da linguagem e da comunicação em seus contextos socioculturais. Mas apesar de incorporar noções de lingüística, a ACD procura voltar-se ao entorno, agregando outros elementos como imagens e marcas editoriais, principalmente no campo da mídia. (DIJK, 1991. FAIRCLOUGH, 2003. PONTE, 2004)

Partimos de uma leitura mais ampla do jornal; por cadernos, capas, tipos de texto, manchetes e imagens. Após a observação de frequências, enquadramentos e associações, buscamos especificidades dos textos e manchetes relevantes ao tema em relação ao léxico e à presença de atores. Por fim, produzimos uma análise mais detalhada de duas matérias selecionadas de acordo com as temáticas mais frequentes. Nessa leitura, atentamos para conceitos como intertextualidade, dialogismo, relações entre frases, subordinações e vozes nos textos.

Resultados

No início da análise, procuramos dividi-la em três categorias, para uma leitura diferenciada de cada tipo de texto/imagem: Capa (A1), Opinião (A2 e A3) e demais matérias. No entanto, deparamo-nos com um desequilíbrio entre essas três categorias, uma tendência presente em toda a estrutura do jornal. No que diz respeito às capas, somente 2 das 209 chamadas de todas as edições eram relacionadas à temática do projeto – o que representa nem 1% do total destinado à análise e comparação. O mesmo ocorreu nas páginas de opinião, em que assuntos relacionados aos interesses e a situações vivenciadas pela população negra não estiveram presentes em nenhuma das 32 charges, 62 editoriais ou 128 colunas da página A2 do jornal. Somente um texto da seção Tendências & Debates, da página A3, esteve relacionado ao nosso tema de interesse, em um artigo sobre cotas e racismo, escrito em resposta a outro texto publicado na edição de 19 de abril do mesmo ano.

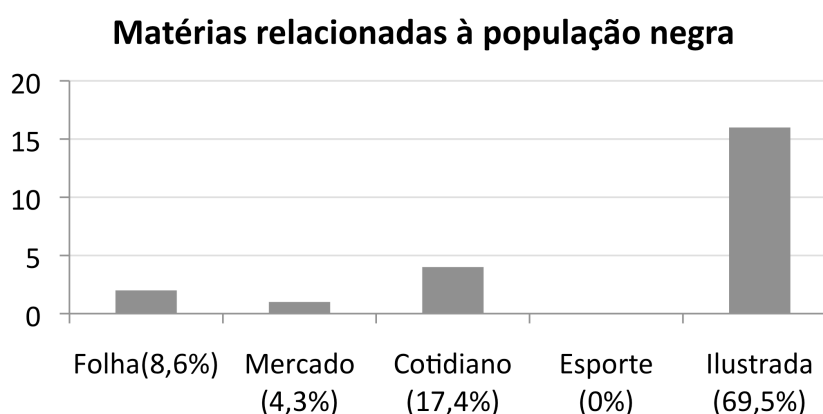
Diante disso, optamos por quantificar e comparar as matérias presentes nas páginas seguintes. Dentre as 3601 matérias, 23 (entre notas e reportagens) tinham relação com o tema, o que representa um total de 0,63% da publicação. A distribuição

nos cadernos também se mostrou desigual. É notável uma frequência maior de matérias relacionadas ao projeto nos cadernos Cotidiano (17,4%) e Ilustrada (69,5%).

Fig.1

	Total de Matérias	Total de matérias de interesse ou relacionadas à população negra
Folha	874	2
Mercado	717	1
Cotidiano	749	4
Esporte	568	0
Ilustrada	993	16
Total	3601	23

Fig. 2



Os resultados obtidos reproduzem padrões também observados por Van Dijk em uma análise da imprensa britânica (1991). Para ele, matérias sobre minorias tendem a compor seções de assuntos culturais e de variedades, quando não relacionados a crimes e violência, de forma que matérias sobre minorias étnicas dificilmente abordarão questões estruturais, presentes em seções de economia, política e poder. Mesmo em notícias sobre discriminação, onde há maior presença de grupos subjulgados, os fatos são descontextualizados e tidos como eventos isolados, sem que haja uma análise crítica da desigualdade étnica ou abordagens sistêmicas. Exemplo disso é a manchete “Vândalos picham monumento a Zumbi com frases racistas” (edição do dia 6 de junho de 2011), que não repercutiu em nenhum texto de análise, opinião, entrevista ou depoimento (característicos da Folha); editoriais nas edições seguintes ou cartas dos leitores. A notícia apresenta um caráter corriqueiro e seu

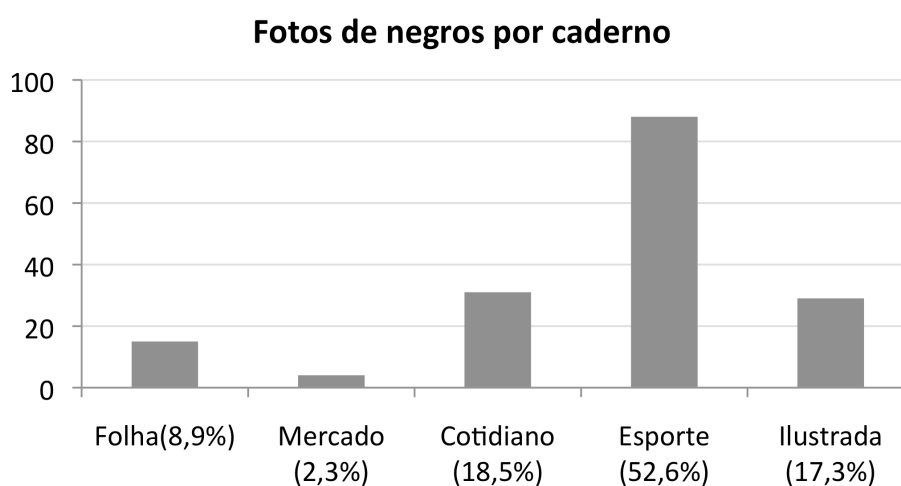
desfecho é deixado em aberto, já que os responsáveis pela ação não foram identificados até o fechamento da edição.

Em relação às imagens, o quadro se altera significativamente. A inexistência de questões raciais em textos do caderno Esporte é oposta quando se trata de imagens. Das 167 fotos com negros, 52,6% estão neste caderno, sendo que 6,5% são só do jogador de futebol Neymar. No entanto, alguns padrões permanecem, como a baixa frequência na seção Poder e no caderno Mercado. Segundo dados do Censo 2010 do IBGE, a população negra representa 50,7% da população do Brasil e 46,5% da População Economicamente Ativa (PEA). A sua presença em fotos e matérias no caderno Mercado, contudo, é reduzida a quase zero, configurando uma única matéria sobre a presença de negros no mercado de trabalho, acompanhada por uma foto, somada a outras três com trabalhadores em segundo plano.

Fig.3

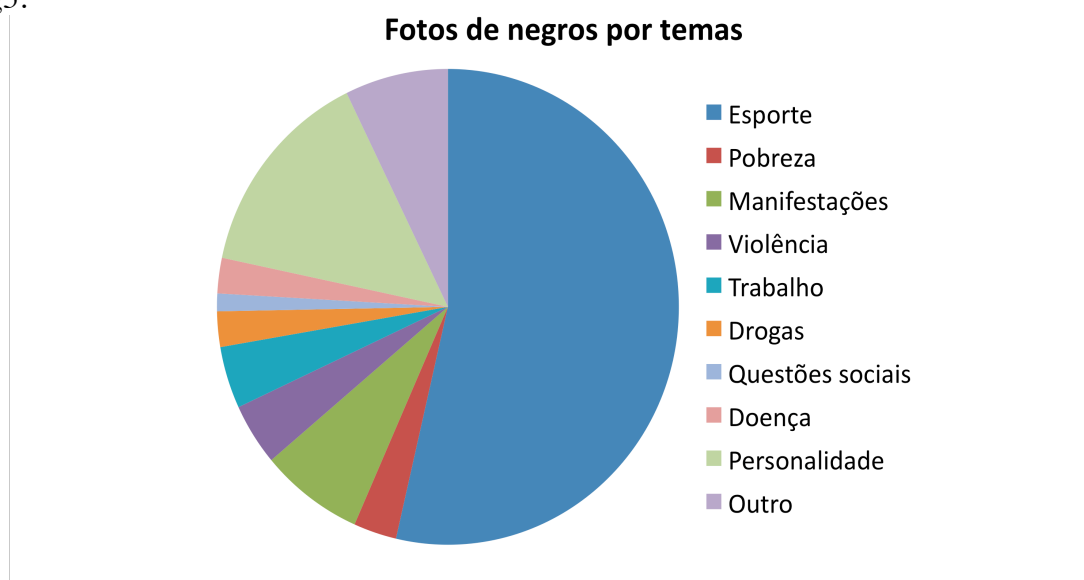
	Total de fotos	Total de fotos de indivíduos negros
Folha	271	15
Mercado	166	4
Cotidiano	289	31
Esporte	268	88
Ilustrada	253	29
Total	1247	167

Fig. 4



A partir desse quadro, buscamos definir as temáticas vinculadas a cada imagem, separando-as também em categorias.

Fig5.



Os resultados obtidos em relação às fotos apresentam um padrão de enquadramento ainda mais definido do que nos textos, com a publicação de imagens de indivíduos negros, - com exceção das fotos de esporte e de personalidades - normalmente vinculadas a aspectos negativos ou de contestação, como violência, manifestações e uso de drogas. Assim, propomos a análise das matérias, considerando sua veiculação conjunta com esse quadro de imagens presente no jornal.

Análise das matérias

1. Afro Bio / Biógrafo processa a produção do musical “Fela!” / Artista fertilizou cena musical paulista.

A matéria de capa do dia 3 de junho do caderno Ilustrada divide-se em três textos que ocupam, junto com fotos e publicidade, duas páginas. Trata-se de uma biografia sobre o artista e ativista Fela Kuti, escrita por Carlos Moore. O primeiro texto introdutório traz a notícia do lançamento da biografia no Brasil e da relação do escritor com o artista.

O segundo texto aborda uma disputa jurídica que envolve a produção do musical da Broadway e o escritor da biografia, que reivindica os créditos da obra. O autor explica como foi o processo de inspiração e produção do livro, inserindo depoimentos do próprio Fela Kuti. Nesses trechos, há uma inversão de referencial: Kuti afirma que os livros eram “coisa de branco. Nossa cultura africana é oral!”. Van Dijk (1991) aponta uma dimensão freqüente das representações midiáticas, que divide a sociedade nas categorias “nós”, brancos dominantes, e “eles”, negros oprimidos,

sugerindo uma condição de pertença, daqueles incluídos e excluídos do sistema. No contexto da matéria, contudo, esse referencial é invertido quando Fela Kuti designa algo como ‘coisa de branco’, do mundo “deles”, em oposição à ‘nossa cultura’ do mundo “nosso”.

Após essa primeira quebra de paradigma, o terceiro e último texto conclui a matéria destacando as especificidades do trabalho do artista. Logo no início, outro confronto com o instituído: “Fela Kuti dizia que estava criando ‘música clássica africana’”. A menção à música clássica dialoga com uma noção pressuposta de que clássica é a música tradicional, de referência, feita pelos brancos e ocidentais. Mas, no texto, o artista a traz para uma outra dimensão. O afrobeat, como denominava ‘a fusão de vertentes da música negra’, é clássico justamente porque resgata a tradição africana e serve de referência para demais estilos.

Outro aspecto do texto é a valorização da música com raízes afro, tanto no Brasil como no mundo. A conclusão se faz com três depoimentos do biografista, que eleva o trabalho de Fela Kuti, considerado o único artista a criar um gênero musical no século 20. Essa caracterização não somente inclui o afrobeat entre gêneros e clássicos, mas também evidencia sua influência no mundo todo.

2. Ator e diretor Wolf Maya é condenado por injúria racial

A matéria publicada no dia 9 de junho no caderno Cotidiano expõe uma acusação de injúria racial contra Wolf Maya. Cuidadosamente identificado, o ator e diretor da TV Globo tem sua imagem contraposta à de *um* técnico de iluminação que trabalhou em uma de suas peças. O técnico só é identificado no quarto parágrafo, juntamente com a sentença contra o diretor por tê-lo chamado de “preto fedorento que saiu do esgoto com mal de Parkinson”, ofensa que teria sido proferida após um erro de Denivaldo Pereira da Silva durante a peça.

Nesse texto, não há uma presença diversificada de vozes, observação também feita por Van Dijk (1991) em sua análise. Para ele, minorias não têm espaço para dar sua opinião em relação a questões raciais, mesmo tendo sido vítima delas. Quando há esse espaço, as falas são introduzidas por verbos como ‘acusam’, ‘alegam’ ou ‘reivindicam’, atribuindo-lhes um caráter incerto e duvidoso. Além disso, afirma que tais ‘reivindicações’ vêm por meio da ‘voz de outro’, normalmente de um branco. É o caso de Denivaldo Pereira da Silva, cuja opinião não se expressa no texto, a não ser

pela reivindicação dos seus direitos, feita por meio da fala do advogado Sinvaldo José Firmo, do Instituto Negro Padre Batista, que “*auxiliou* o técnico”. [grifo nosso] O texto seguinte, sob o chapéu “Outro lado”, traz a versão da defesa – não mais “auxílio” – de Wolf Maya.

Van Dijk atenta para o espaço cedido a depoimentos de diferentes atores nos textos. Como os atores, neste caso, não falam, comparamos as falas de seus respectivos representantes. O tamanho literal, como indicado por Van Dijk, deve ser levado em conta, principalmente quando se trata de um conflito entre duas partes, envolvendo minorias raciais. Assim, ao compararmos as falas de acusação e defesa, constatamos que a acusação tem menos da metade do espaço em discurso direto do advogado de Donivaldo da Silva em relação ao espaço ocupado pela defesa de Wolf Maya, que termina em tom seguro: “temos certeza de que o nosso recurso será aceito.”

Finalmente, um detalhe importante da linha fina, também presente em mais duas passagens do texto, contribui para análise da matéria. “Ele é acusado de chamar técnico de ‘preto fedorento’; defesa já recorreu”. Nesse caso, a presença do advérbio ‘já’ sugere, além de uma ação prontamente efetuada, também uma espécie de ressalva. Caberia também ‘(...) defesa recorreu.’, sem a necessidade do advérbio. Assim, após uma acusação grave como essa, a presença do ‘já’ interfere na sentença, da mesma forma que uma conjunção adversativa: “houve uma acusação grave, (mas, porém, contudo) defesa já recorreu”.

É claro que muitos desses aspectos não são intencionais, tampouco causam efeito imediato no leitor. Fairclough afirma que a causalidade não pode ser tida como algo mecânico nem regular. Características particulares dos textos não alteram padrões de comportamento ou opinião política de forma automática. (FAIRCLOUGH, 2002) No entanto, sugerem leituras atentas para questões relacionadas à diferença frente ao poder hegemônico.

Apesar de se tratar da análise da duas matérias inseridas em contextos específicos, os questionamentos levantados contemplam objetivos determinados desde o início da pesquisa: como se dá a relação de diferentes atores nos espaços da comunicação, como características específicas dos grupos e os estigmas influenciam na sua representação e atuação na esfera pública e como tem sido feita a reavaliação

positiva de identidades culturais desrespeitadas na mídia. Além disso, o mapeamento da Folha de S. Paulo como um todo oferece um panorama abrangente da situação atual do jornal impresso no que diz respeito à participação da população negra em sua cobertura.

Considerações Finais

Segundo a análise de Bourdieu, a revolução simbólica contra a dominação cultural e os efeitos de intimidação por ela produzidos não se refere à conquista ou à reconquista de uma identidade, mas à reapropriação coletiva deste poder, por meio de uma construção e avaliação feita pelos próprios grupos da sua identidade. Esse desafio envolve o poder de instituir, de fazer reconhecidos, os moldes pelos quais os indivíduos vêem o mundo.

“As lutas a respeito da identidade étnica ou regional, quer dizer, a respeito de propriedades (estigmas ou emblemas) ligadas à *origem* através do lugar de origem e dos sinais duradouros que lhes são correlativos, como o sotaque, são um caso particular das lutas das classificações, lutas pelo monopólio de fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social e, por este meio, de fazer e de desfazer os grupos.” (BOURDIEU: 2010: 113)

Por meio dessas definições legitimadoras é que se opera a instituição de imagens sobre os grupos e indivíduos, que, de acordo com o teor das representações, passam a interiorizar uma imagem da sua autonomia ou inferioridade. Neste segundo caso, a sua auto-depreciação, como define Charles Taylor, torna-se um dos instrumentos mais eficazes da sua própria opressão.

Por isso, tratar de estigmas efetivamente vai além de uma simples inversão simbólica dos sinais de distinção, implicando uma *destruição e redefinição* dos fundamentos do jogo, de forma que se extingam os mecanismos por meio dos quais se exerce a dominação simbólica.

Essa redefinição, pois, tangencia a idéia de Taylor (1994) sobre o direito dos indivíduos, independentemente da sua cultura, de usufruírem do pressuposto de que suas respectivas culturas tradicionais têm valor. Os indivíduos desejam respeito, não a condescendência.

Nesse sentido, é importante ressaltar que essa luta coletiva pela subversão das relações de forças simbólicas não visa a supressão das características estigmatizadas,

mas a destruição dos valores que as constituem como estigmas. Trata-se da quebra dos sinais atribuídos segundo os antigos princípios, como forma de demanda pela autonomia e pelo poder de definir os valores de um mundo social de acordo com seus próprios interesses. (BOURDIEU, 2010)

Trata-se, portanto, de um processo dependente de outras esferas que não somente a do indivíduo, da sua relação com o seu próprio 'eu'. A *destruição* dos antigos padrões de reconhecimento, bem como a *redefinição* dos fundamentos do jogo, são desafios que envolvem não só o *outro*; mas *outros*. É da relação com múltiplos grupos e indivíduos, através da comunicação e da política, que se sustenta esse processo. Na dinâmica social, por meio de trocas constantes entre mídia e sociedade, ocorrerão as interações e negociações entre os indivíduos, configurando o debate e a luta por reconhecimento e justiça.

Bibliografia

- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- DIJK, Teun A. Van, *Racism and the Press*, London: Routledge, 1991
- FAIRCLOUGH, Norman. *Analysing Discourse*. Routledge, 2003
- FERNANDES, Florestan. e BASTIDE, Roger. *Branco e negro em São Paulo*. Global, 2008
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 7a. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988b.
- _____. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.
- FREUD, Sigmund. *Psicologia de grupo*. Imago, Rio de Janeiro, 1972
- FRASER, Nancy. Rethinking the public sphere, In *CALHOUN Craig Habermas and the public sphere*. Massachusetts Institute of Technology, 1992
- _____. Nancy. Da redistribuição ao Reconhecimento? Dilemas da Justiça na era Pós-socialista. In Souza, J. (org) *Democracia Hoje*. UNB Brasília, 2001
- GANS, Herbert. *Democracy and the News*. New York: Oxford University Press, 2003.
- GOMES, Mayra Rodrigues. *Poder no jornalismo: discorrer, disciplinar, controlar*. São Paulo: Hacker Editores/Edusp, 2003.
- HABERMAS, Jürgen. *Três Modelos de Democracia*. In J. Habermas, *A Inclusão do Outro*. Loyola, 2004
- _____. *Mudança estrutural na esfera pública*. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 1985.
- HONNETH, Axel *Luta por reconhecimento – A gramática moral dos conflitos sociais*. Rio de Janeiro: Editora 34, 2003
- MUNAGA, Kabenguele. *Estratégias e políticas de combate à discriminação racial*. São Paulo, EDUSP/Estação Ciência, 1996
- NEVES, Marcelo. Justiça e Diferença em uma Sociedade Global Complexa. In Souza, J, *Democracia hoje*. Editora Universidade de Brasília. 2001
- PONTE, Cristina. *Leituras das notícias. Contributos para uma análise do discurso jornalístico*. Lisboa: Horizonte: 2004.
- RAMOS, Silvia. (org.). *Mídia e racismo*. Rio de Janeiro: Pallas, 2002. Lisboa: Instituto Piaget, 1994
- SANTAELLA, Lucia. *Culturas e artes do pós-humano – Da cultura das mídias à cibercultura*. São Paulo: Paulus, 2003.
- SCHUDSON, Michael. *The Power of News*. Cambridge: Harvard University Press, 1995.
- TAYLOR, Charles. *Multiculturalismo – Examinando a política de reconhecimento*.
- YOUNG, Iris Marion. *Justice and the Politics of Difference*. Princeton University Press, New Jersey, 1990.